

COMANDO DA 11ª BRIGADA DE INF MECANIZADA

Contrato 5/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2026	160466-COMANDO DA 11ª BRIGADA DE INF MECANIZADA	DANUBIA RAMOS NUNES	23/06/2026 16:58 (v 0.4)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		64306.009584/2026-74

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

(Processo Administrativo nº 64306.009584/2026-74)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº _/2026, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO COMANDO DA 11ª BRIGADA DE INFANTARIA MECANIZADA, E A EMPRESA _____.

A UNIÃO, por intermédio do Comando da 11ª Brigada de Infantaria Mecanizada, com sede na Avenida Soldado Passarinho, sem número, Fazenda Chapadão, CEP 13070-115, na cidade de Campinas/SP, inscrito no CNPJ sob o nº 09.559.285/0001-04, neste ato representado pelo Ordenador de Despesas do Comando da 11ª Brigada de Infantaria Mecanizada, [nome da autoridade competente], nomeado pela [Portaria/Boletim Interno nº __, de _ de ____ de 2026], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [razão social da empresa contratada], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ da contratada], sediado(a) na [endereço completo da contratada], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado(a) CONTRATADO(A), neste ato representado(a) por [nome e função do representante legal da contratada], conforme [atos constitutivos da empresa/procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 64306.009584/2026-74 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico SRP nº 90001/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de artigos religiosos, materiais e mobiliários destinados à Capelania Militar São Judas Tadeu da 11ª Brigada de Infantaria Mecanizada, nas condições estabelecidas no Termo de Referência nº 16/2026.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação resumida	CATMAT	Unid.	Qtd.	Valor unitário	Valor total
1	Cálice	-	Unidade	1	R\$ 3.795,00	R\$ 3.795,00
2	Âmbula	-	Unidade	1	R\$ 3.220,00	R\$ 3.220,00
3	Toalha para altar	-	Unidade	1	R\$ 720,00	R\$ 720,00

4	Conjunto de cruz e castiçais de velas	-	Conjunto	1	R\$ 3.998,00	R\$ 3.998,00
5	Cruz processional	-	Unidade	1	R\$ 6.166,00	R\$ 6.166,00
6	Credência	-	Unidade	1	R\$ 2.289,28	R\$ 2.289,28
7	Cadeiras para altar	-	Conjunto	1	R\$ 6.160,66	R\$ 6.160,66
8	Lecionário dominical	-	Unidade	1	R\$ 245,00	R\$ 245,00
9	Lecionário semanal	-	Unidade	1	R\$ 331,00	R\$ 331,00
10	Ritual de batismo	-	Unidade	1	R\$ 81,00	R\$ 81,00
11	Ritual de matrimônio	-	Unidade	1	R\$ 89,00	R\$ 89,00
12	Ritual de bênçãos	-	Unidade	1	R\$ 206,00	R\$ 206,00
13	Bacia batismal (estilo barroco)	-	Unidade	1	R\$ 6.338,00	R\$ 6.338,00
14	Luz para sacário (estilo barroco)	-	Unidade	1	R\$ 821,75	R\$ 821,75
15	Quadros da Via Sacra (estilo barroco)	-	Unidade	1	R\$ 902,50	R\$ 902,50
16	Imagem São Judas Tadeu 80 cm (estilo barroco)	-	Unidade	1	R\$ 1.599,00	R\$ 1.599,00
17	Imagem Arcanjo Miguel 65 cm	-	Unidade	1	R\$ 1.650,00	R\$ 1.650,00
18	Ânfora com bacia	-	Unidade	1	R\$ 2.954,00	R\$ 2.954,00
19	Lanterna processional	-	Unidade	2	R\$ 2.490,00	R\$ 4.980,00
20	Economizador de vela	-	Unidade	6	R\$ 206,00	R\$ 1.236,00
21	Ar-condicionado	-	Unidade	2	R\$ 3.398,00	R\$ 6.796,00
22	Gazebo	-	Unidade	2	R\$ 1.480,00	R\$ 2.960,00
23	Cadeira	-	Unidade	100	R\$ 45,95	R\$ 4.595,00
24	Sistema de som	-	Sistema	1	R\$ 7.569,36	R\$ 7.569,36
25	Conjunto de galhetas	-	Conjunto	1	R\$ 2.790,00	R\$ 2.790,00

26	Lustre	-	Unidade	4	R\$ 3.558,75	R\$ 14.235,00
27	Missal Romano	-	Unidade	1	R\$ 1.087,90	R\$ 1.087,90
28	Castiçal	-	Unidade	2	R\$ 650,00	R\$ 1.300,00
29	Toalha para credência	-	Unidade	1	R\$ 726,30	R\$ 726,30
30	Colher para galheta	-	Unidade	1	R\$ 286,00	R\$ 286,00
31	Cruz para altar	-	Unidade	1	R\$ 899,00	R\$ 899,00
32	Patena	-	Unidade	1	R\$ 199,00	R\$ 199,00

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.3.1. O Termo de Referência nº 16/2026;
- 1.3.2. O Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 90001/2026 e seus anexos;
- 1.3.3. A Ata de Registro de Preços nº ____/2026;
- 1.3.4. A proposta da CONTRATADA aceita pela Administração;
- 1.3.5. A Nota de Empenho, a ordem de fornecimento e eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.4. Em caso de divergência entre os documentos da contratação, prevalecerão as disposições do edital e do Termo de Referência, ressalvadas as condições mais vantajosas constantes da proposta aceita, desde que não contrariem as exigências do instrumento convocatório.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato ou da emissão da Nota de Empenho, conforme o caso, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, os prazos, as condições de entrega, observação, recebimento provisório e definitivo, bem como os critérios de aceitação do objeto, constam no Termo de Referência nº 16/2026, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto, salvo se houver autorização expressa e motivada da Administração em situação excepcional, sem prejuízo da responsabilidade integral da CONTRATADA pela entrega dos bens.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ 91.225,75 (valor por extenso a ser conferido e preenchido pela Administração), conforme itens contratados e proposta aceita.
- 5.2. O valor efetivo do contrato corresponderá aos itens e quantitativos constantes da Nota de Empenho, ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, observado o preço registrado na Ata de Registro de Preços.
- 5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, frete, seguro, embalagem, transporte e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência nº 16/2026.
- 6.2. O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura e demais documentos exigidos, observada a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA, quando aplicável.
- 6.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

- 7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, no edital e na Ata de Registro de Preços.
- 7.2. Quando cabível, o reajuste observará a anualidade e o índice previsto no instrumento convocatório, contado da data do orçamento estimado ou da proposta, conforme definido no edital.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato, seus anexos, edital, Termo de Referência e proposta aceita.
- 8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos no Termo de Referência.
- 8.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no fornecimento, fixando prazo para substituição, reparação ou correção.
- 8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.
- 8.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência.
- 8.6. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei, no edital e neste Contrato.
- 8.7. Emitir decisão sobre solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, protelatórios ou sem interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.8. A Administração não responderá por compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 9.2. Entregar os bens conforme especificações, quantidades, prazos, local de entrega e condições estabelecidas no Termo de Referência, na proposta aceita e na ordem de fornecimento.
- 9.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, os bens em que se verificarem vícios, defeitos, desconformidades, danos, divergência de especificação, edição incorreta, acabamento inadequado ou qualquer impropriedade em relação ao contratado.
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, nos termos da legislação aplicável, inclusive do Código de Defesa do Consumidor, quando cabível.
- 9.5. Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- 9.6. Arcar com tributos, encargos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga e demais custos necessários à entrega integral do objeto.
- 9.7. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que anteceder a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 9.8. Responsabilizar-se por todo dano causado à Administração ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato.
- 9.9. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação solicitada.
- 9.10. Não transferir a terceiros as obrigações assumidas sem autorização prévia e expressa da Administração.
- 9.11. Cumprir as normas legais, regulamentares e administrativas aplicáveis ao fornecimento dos bens, inclusive as relativas à proteção de dados pessoais, quando houver tratamento de dados em razão da execução contratual.
- 9.12. Entregar, quando aplicável, manuais, certificados, catálogos, comprovações de autenticidade, edição, ISBN, garantia ou demais documentos necessários à verificação da conformidade do objeto.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1 *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*
- 10.2 *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*
- 10.3 *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*
- 10.4 *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*
- 10.5 *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*
- 10.6 *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A2]*
- 10.7 *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*
- 10.8 *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A3]*
- 10.9 *O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.[A4]

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, conforme previsto no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que der causa à inexecução parcial ou total do contrato; causar grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; retardar a execução ou a entrega do objeto sem motivo justificado; apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa; praticar ato fraudulento; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; ou praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

12.2. Serão aplicáveis as sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, conforme a gravidade da conduta, observados os arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

12.3. A multa moratória por atraso injustificado na entrega será aplicada nos percentuais e limites definidos no edital, no Termo de Referência ou, na ausência de previsão específica, conforme decisão motivada da Administração, respeitados a proporcionalidade, o contraditório e a ampla defesa.

12.4. A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

12.5. Todas as sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, observados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos causados e a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas dos órgãos de controle.

12.7. Os débitos da CONTRATADA resultantes de multa administrativa ou indenizações poderão ser compensados com créditos devidos pelo CONTRATANTE, na forma da legislação aplicável.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que a Administração providenciará a readequação do cronograma, sem prejuízo das sanções cabíveis quando houver culpa da CONTRATADA.

13.3. Quando a não conclusão decorrer de culpa da CONTRATADA, ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as sanções administrativas, podendo a Administração optar pela extinção contratual e adotar as medidas admitidas em lei para continuidade do atendimento da necessidade administrativa.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, pelos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Aplicam-se à extinção contratual os arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido do balanço dos eventos contratuais cumpridos ou parcialmente cumpridos, da relação dos pagamentos efetuados e ainda devidos, das indenizações e das multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite legal aplicável.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes poderão exceder o limite legal de alteração unilateral.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante termo aditivo, salvo registros que não caracterizem alteração do contrato, os quais poderão ser realizados por apostila, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, conforme Nota de Empenho a ser emitida.

15.1.1. Gestão/Unidade: 160466 - Comando da 11ª Brigada de Infantaria Mecanizada;

15.1.2. Fonte de recurso: [preencher];

15.1.3. Programa de trabalho: [preencher];

15.1.4. Elemento de despesa: [preencher conforme natureza do item];

15.1.5. Plano interno: [preencher];

15.1.6. Nota de Empenho: [preencher].

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE segundo as disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 11.462/2023 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições da Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, quando cabível.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal do Estado de São Paulo, Seção Judiciária de Campinas/SP, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato e que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Campinas-SP, ____ de _____ de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF: _____

2. _____ CPF: _____

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543 de 13 de novembro de 2020.

SYLVIO ROBERTO DOS SANTOS PEREIRA

Ordenador de Despesas do Comando da 11ª Bda Inf Mec